CONTRATO Nº 030/2021 PP.

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FIRMAM O **MUNICÍPIO DE BOM JESUS-PI,** POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO** E A EMPRESA **ISEG SEGURANÇA, E INTELIGENCIA EIRELI,** NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE BOM JESUS, Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público,** inscrita no CNPJ nº 06.554.356/0001-53, com sede à Praça Marcos Aurélio, nº 41, Centro, CEP 64.900-000, Bom Jesus - Piauí, na pessoa do seu representante legal, **Nestor Renato Pinheiro Elvas**, Prefeito, residente e domiciliado em Bom Jesus, Estado do Piauí, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**, neste ato representada pela Sra. **Ana Kelly da Costa e Silva**, Secretária Municipal, portadora do RG nº 2.206.667-SSP-PI CPF nº 066.583.313-96, residente e domiciliada na Rodovia PI-04, Zona Rural, CEP 64.900-000, Bom Jesus-PI.

CONTRATADA: **ISEG SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA EIRELI,** inscrita no CNPJ nº 21.248.951/0001-54, com sede na Av Barão de Castelo Branco, nº 691, Sala A, Bairro Monte Castelo, CEP 64.016-850, Teresina-PI, neste ato representada pela Sra. **Adriana Prado Albuquerque**, inscrita no CPF sob o nº 508.329.993-34, com endereço na Avenida Barão de Castelo Branco, 691, Bairro Monte Castelo, CEP 64.016-850, Teresina-PI.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,** abaixo discriminado, conforme o **Pregão Presencial nº 030/2021/PMBJ,** regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente termo contratual tem por objeto **a contratação de empresa do ramo pertinente para o fornecimento, implantação e instalação de equipamentos de vídeo monitoramento, em circuito fechado de TV, destinado à vigilância da área urbana do município de Bom Jesus-PI.**

Digitalizado com CamScanner

Com vistas à execução dos serviços objeto desse contrato, a Contratada deverá disponibilizar os equipamentos, abaixo discriminados:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
01	NVR 16 CANAIS FULL HD	5.000,00
02	CÂMERA SPEED DOME IP PTZ 1080P 20 X	30.000,00
03	DISCO RÍGIDO 2 TERABYTE	1.550,00
04	CÂMERA IP MEGAPIXEL LENTE VARIFOCAL FIXA	32.000,00
05	CONVERSOR DE MÍDIA PCBA METRO GIGABIT X9 ATÉ – 2 SC / GE	19.800,00
06	CONECTOR SC FIBRA OPTICA	660,00
07	CABO FIBRA DROP F01 SM OU MM FTTH	13.500,00
08	CAIXA HERMÉTICA PVC 25 X 20 X8 CM	3.875,00
09	CABO DE REDE CAT5E – BLINDADO	160,00
10	ESTICADORES	7.500,00
11	CINTA PERFURADA	840,00
12	FONTE 12 VOLTS – 5A	3.300,00
13	CONECTOR RJ45	32,00
14	TV MONITOR 40 " FULL HD	6.000,00
15	IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO	35.783,00
	Valor Total	**160.000,00**

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VINCULAÇÃO E DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente contrato está vinculado ao **Procedimento Administrativo nº 104/2021, Processo Licitatório nº 030/2021/PMBJ**, modalidade **Pregão Presencial,** e tem como fundamentação legal o Art. 22, III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

PARÁGRAFO ÚNICO. Fazem parte deste contrato o processo administrativo com todas as suas peças: a proposta, as especificações, parecer, justificativas e os elementos que as acompanha, cujas disposições devem ser integralmente cumpridas, mesmo que aqui não tenham sido reproduzidas ou contempladas.

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

I – executar o presente contrato em estrita consonância com os seus dispositivos e com a proposta apresentada;

II – fornecer o objeto do contrato de acordo com o objeto especificado, de modo a atender as demandas da Secretaria competente e determinações do gestor municipal;

III – responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

IV – manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo administrativo pertinente;

V – não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato firmado com a CONTRATANTE;

Digitalizado com CamScanner

VI – fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

I – emitir a ordem de fornecimento do objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;

II – efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Contrato;

III – designar e informar à CONTRATADA o nome do responsável pelo acompanhamento da execução deste contrato, para fins de estabelecer os contatos necessários à sua efetivação.

CLÁUSULA QUINTA
DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá sua vigência fixada em **12 (doze) meses,** iniciando a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Será pago à CONTRATADA o valor total de **R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, de forma integral ou parcelada, nos termos a seguir:

I – O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fornecimento do objeto, com a devida apresentação da Nota Fiscal e deduções dos tributos devidos.

II – Os valores mensais correspondentes ao objeto serão fixados em conta corrente ou poupança de titularidade da CONTRATADA, cuja autorização de retenção e devido crédito em conta poderá ser encaminhado ao respectivo banco.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas de que trata o presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do Município de Bom Jesus-PI, para o ano corrente, por meio das fontes: ***ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO, 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE. FONTES DE RECURSOS: 001 – RECURSOS PRÓPRIOS. PROGRAMA DE TRABALHO: 0005 – GESTÃO ADMINISTRATIVA. PROJETO/ATIVIDADE: 2040 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL.***

CLÁUSULA OITAVA
DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Digitalizado com CamScanner

O presente contrato poderá ser alterado pela CONTRATANTE ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A recomposição dos valores dos serviços reger-se-ão de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro da CONTRATADA, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual de lucro do preço do serviço ofertado em sua proposta na época do procedimento Licitatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO – o equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pela CONTRATADA quando da entrega da fatura de serviços, devendo apresentar planilha de custo detalhada da época e atual, com os documentos comprobatórios, que será analisado pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – não serão considerados pedidos de recomposição de preços relativamente a faturas anteriormente entregues, mesmo que essas ainda não tenham sido quitadas.

PARÁGRAFO QUARTO – o preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pela CONTRATADA ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA
DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de aplicação de multas, o CONTRATANTE observará o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do contrato por descumprimento de qualquer cláusula contratual ou do Processo Licitatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA
DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato será rescindido excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sob qualquer uma das formas descritas no artigo 79 da mesma lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às consequências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração, assegurada a ampla defesa.

Digitalizado com CamScanner

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA
DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto no parágrafo único do art. 61, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA
DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Administração, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA
DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jesus, Estado do Piauí, para dirimir as questões derivadas deste contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, devidamente assinadas.

Bom Jesus (PI), 23 de junho de 2021.

ANA KELLY DA COSTA SILVA:00658331396
Assinado de forma digital por ANA KELLY DA COSTA SILVA:00658331396
Dados: 2021.07.05 10:05:10 -03'00'

Ana Kelly Costa Silva
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento/PMBJ
CONTRATANTE

Adriana prado Albuquerque

Adriana Prado Albuquerque
Representante Legal
CONTRATADA

Visto: MUNICIPIO DE BOM JESUS:06554356000153
Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE BOM JESUS:06554356000153
Dados: 2021.06.29 10:03:15 -03'00'

Nestor Renato Pinheiro Elvas
Prefeito Municipal de Bom Jesus-PI

TESTEMUNHAS:

1_____CPF_____

2_____CPF_____

Digitalizado com CamScanner